49 e não cabe a Assistência Social, sair do que está na Tipificação e atender o que está na
50 outra Política. A Sra. Luci Freitas pede a palavra e diz que nas zonas que ocorreram os
51 incêndios tinham famílias que estavam cadastradas na COHAB para receber um
52 imóvel, tinham famílias que estava há 5 anos cadastradas, e estes casos foram
53 reavaliados – noticiados pela A Tribuna, e é por isto que falo que o Gestor precisa
54 enviar mais informação para o D.O. Este Plano prevê um trabalho em rede das escolas,
55 da saúde. A Sra. Lucilene pede a palavra e diz que estamos falando da Assistência
56 Social e do que cabe a Política de Assistência Social. A Sra. Luci diz que este caso da
57 COHAB foi por causa das pessoas estarem a vários anos na fila e não serem
58 contempladas por nenhum programa de habitação que existiu no município. A Sra.
59 Maria de Lourdes diz que este assunto é da Política de Habitação e não é da Política da
60 Assistência; o que se pretende é tirar da Assistência Social o que não pertence à
61 Assistência, mas que já foi no passado e hoje não é mais, então é preciso que a
62 Habitação na cidade de Santos se organize economicamente para fazer novos
63 planejamentos habitacionais. A Sra. Adriana – Secretária Executiva do CMAS informa
64 que a Resolução não está conflitando com a Defesa Civil, esta somando ações pelo que
65 determina a Política da Assistência Social, pois estamos tirando daqui ações
66 pertinentes a demais Políticas, o que pertence a nossa Política está na Resolução. A
67 Defesa Civil nos enviou o Plano e mediante as alterações que ocorreram na legislação
68 estamos nos adequando e atualizando a nossa Resolução Normativa no que compete a
69 Assistência Social. A Sra. Rosita pede a palavra e diz que temos que se ater no espírito
70 da lei, ela fala de benefício eventual, de calamidade pública por conta de uma situação
71 que cabe a Assistência Social o pronto-atendimento onde irá fazer a acolhida, a outra
72 situação é a perpetuação do benefício porque não se consegue ter uma Política de
73 Habitação que resolva uma situação de moradia, devemos tomar cuidado é de não
74 transformar a Assistência Social num embate com outra Política, cabe a Assistência
75 Social apontar as questões de moradia e o que se deve efetivamente ser garantido
76 para que se tirem as famílias daquela situação. O Grande técnico lá na frente é o CRAS e
77 o CREAS. Devemos ter cuidado de não engessar uma lei onde eu inviabilizo algumas
78 questões técnicas do acompanhamento para o PAIF e PAEF e uma Resolução do CMAS
79 não acho que irá definir questão de moradia, o que se tinha de crítica com relação à
80 calamidade pública é que se perpetuavam os Decretos, onde viraram um ano, dois
81 anos, três anos e quatro anos, e o compromisso que se tinha lá atrás, porque o
82 Decreto de Calamidade Pública ele sai com um compromisso e em um determinado
83 período irá garantir unidades habitacionais, então aí se começa o grande nó da
84 questão quando não se garante; quem está no CRAS, CREAS, PAIF e PAEF, ele
85 efetivamente é um instrumento para alavancar a proteção e é um instrumento para
86 que se consiga efetivamente a segurança para a família, que tem que ter seus limites e
87 suas discussões, mas devemos tomar cuidado para não criar um gesso para que depois
88 engesse o próprio PAEF e PAIF, é emergencial e a lei disse que a Assistência Social tem
89 que ter prontidão na hora que acontece uma situação. A questão do dinheiro do
90 orçamento se ele está na SEAS, na COHAB ou na Defesa Civil nada altera pois o
91 dinheiro é da mesma fonte; mas irá alterar sim, se não tomarmos cuidado com os
92 CRAS e CREAS para que engessemos estes. A Sra. Flávia Sammarco pede a palavra e
93 diz que participou bastante de toda esta discussão de calamidade pública e a ideia
94 desde do começo era passar para a COHAB o que lhe é de direito e faz parte dos seus
95 competes, então foi criado uma lei para que justamente todas as situações de

96 calamidade pública fossem passadas para a COHAB. A Sra. Rosita pede a palavra e
97 sugere que se coloque nos considerando a lei que determine o que é da COHAB. A Sra.
98 Flávia Sammarco diz que em relação à calamidade pública o que cabe a assistência
99 garantir urgência e emergência. O Sr. Humberto fala que o que motivou a alteração foi
100 manutenção do abrigo emergencial, oferta esta acolhida inicial de abrigo até que saia
101 o auxílio financeiro custeado pela COHAB que é a responsável pela questão
102 habitacional. O que cabe a SEAS será mantido na Resolução Normativa e ressalvo que
103 o valor foi equiparado com o valor da COHAB que é de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais). A
104 Sra. Maria de Lourdes diz que entende a preocupação da Sra. Rosita que não se
105 deixem desamparada as famílias enquanto as políticas discutem, e com isto seja
106 prejudicadas as famílias que estão passando por uma calamidade, um incêndio, quer
107 seja o que for, e que é de conhecimento de todos, que todas as vezes que isto ocorreu
108 houve uma prontidão da SEAS ao atendimentos destas famílias, deste da organização
109 de abrigos em escolas públicas; a grande questão é de que fica no bolso da SEAS e
110 todas as vezes que vem sendo apresentado aqui no CMAS o quanto a SEAS pagava
111 mensalmente, o conselho questionava do porquê a SEAS estar pagando se não cabe a
112 SEAS? A Sra. Rosita diz está claro e que devemos citar a Lei da COHAB que
113 regulamentou; e que também está que a calamidade pública está na Lei Orgânica da
114 Assistência Social e não é simplesmente dizer que não é da assistência social. O Sr.
115 Humberto diz que desde início da gestão de 2013 a Secretária da Assistência Social –
116 Sra. Rosana Russo, pediu que fizessem um levantamento de todas as legislações que se
117 referem a emergências, onde levantamos a Lei de Locação Social nº 1447/95,
118 instaurou-se um P. A. – Processo Administrativo, para que fossem transferidos os
119 auxílios moradias pagos pela SEAS para a COHAB por meio da Lei de Locação Social,
120 foram várias reuniões e estudos, e por meio desta lei a COHAB loca um imóvel e se
121 ressarcir dele por meio do sublocatário, ou seja, é o destinatário final; e como não há
122 limite para locação, pode ser de R\$ 500,00 ou R\$ 600,00 ou R\$1.000,00, isto se
123 apresentou como um gargalo para eles, então procuramos outra vertente que era a de
124 fazer uma alteração na lei da COHAB para abarcar um auxílio financeiro nas situações
125 de emergência ou de calamidade pública e a partir disto foi feito um Decreto e
126 inicialmente ficou a base de R\$ 400,00 cada auxílio, verificou-se que este auxílio não
127 era suficiente para alugar um imóvel, então se fez um novo Decreto alterando o
128 Decreto anterior aumentando o valor para R\$ 600,00; a partir daí, uma vez que a
129 COHAB custeia os auxílios por meio de lei a SEAS entende que não há mais motivos
130 para manter na resolução este tipo de auxílio, por isto que unificamos os 3 em um só,
131 abarcando o que é da SEAS e equiparando o valor ao que é pago pela COHAB, pois é
132 uma situação de equidade. Por isto entendo que não é necessário acrescentar um item
133 de que o custeio de moradia no caso de calamidade pública deve ser pago por meio de
134 tal lei, pois você já estará ligando a Política de Assistência Social à outra Política, então
135 acho que não cabe, já é uma lei que é pública, está posta e deve ser cumprida. O que
136 cabe a SEAS é que na acolhida inicial oferte o abrigo de emergência, como fez nos dois
137 últimos incêndios que houve. Na Rua Paraná 309, temos o abrigo de emergência onde
138 cabem até 30 pessoas e se superar este número faremos um mutirão com as regionais.
139 A Sra. Flávia Sammarco diz que está tendo um grupo de estudo para estas situações
140 da Defesa Civil que não abarca em lugar nenhum, para que a COHAB também abarque:
141 situações de área de risco e remoção imediata que também não compete a Assistência
142 Social. A Sra. Rosita diz que é favorável que as considerações sejam citadas, pois do

143 mesmo jeito que tivemos no passado as questões dos benefícios da Saúde, e citamos o
144 porque os benefícios saíram da Assistência Social e passaram a ser assumidos pela
145 Saúde, eu me lembro muito bem de um despacho de todo um tratado feito de
146 Defensoria Pública do Estado, quando se referia que pode até ser que cabe na
147 Habitação, mas que da forma como estava posto pela Assistência Social ela não podia
148 se esquivar de sua responsabilidade. Então ficamos com estes processos andando
149 durante muito tempo porque ele devolvia a própria municipalidade, pois uma coisa
150 não exclui a outra, porque no cenário nacional há situações que está na Política de
151 Habitação e existe uma série de municípios que elas estão ainda na Assistência Social;
152 então entendo que nos considerando caberia fazer a citação até para as pessoas serem
153 informadas e procurar o porquê de uma lei; e ainda sugiro que o próprio CMAS
154 acompanhasse junto ao Conselho da Habitação todo este processo de transição para
155 que não se lese a família lá na ponta. E que seja construído um fluxo para o CRAS e
156 CREAS, pois são eles que operam e tem lá na frente à família que necessita de
157 determinado benefício, assegurando assim um bom fluxo. A revisão é uma
158 prerrogativa deste município, não é unânime e quando tivemos a discussão da revisão
159 da Lei Orgânica da Assistência Social isto não foi tirado, em razão de uma situação que
160 perpassa pelo país como um todo. A Sra. Flávia Sammarco diz que a COHAB desde ano
161 passado assumiu todos os pagamentos de auxílio aluguel no caso de incêndio da Vila
162 Telma, que vinham sendo pagos desde 2010, os casos que a SEAS vinha pagando há 3
163 e 4 anos a COHAB também assumiu, este ano ocorreram 2 incêndios em menos de
164 dois meses e os mesmos foram custeados pela COHAB – todo o auxílio aluguel. O Sr.
165 Humberto reitera a sua posição anterior em não colocar nos considerando que existe
166 legislação da COHAB para pagar auxílios moradias, pois estaríamos sujeitando a
167 Assistência Social à existência ou não de uma lei ou normativa da COHAB para custear,
168 estamos só ratificando uma resolução para adequar ela com a Tipificação. A Sra. Maria
169 de Lourdes - Presidente pergunta: nós estamos fazendo uma Resolução Normativa
170 enquanto conselho onde estamos definindo umas questões de garantia das famílias
171 que estejam em situação de calamidade, se amanhã alterar alguma situação na COHAB
172 em sua legislação estas famílias irão estar amparadas como? A preocupação para nós
173 aqui quanto conselho, mesmo querendo, sabendo e entendendo, que para a
174 Assistência Social é um custo alto, é um custo que não é só da Assistência Social,
175 muda-se e dá o auxílio aluguel pela COHAB, mas a família é da Assistência Social
176 porque ela está vulnerável e fragilizada, ela continua sendo da Assistência Social nos
177 encaminhamentos e nas demais necessidades. A Sra. Magali diz que existem as
178 atribuições da Proteção Básica e Especial para questões das famílias, este fluxo já foi
179 estabelecido, nós tivemos dois incêndios recentes, onde as famílias foram acolhidas na
180 sua prontidão, a questão do auxílio moradia não estar na Assistência Social é uma
181 coisa, acolher a família, acompanhar a família é outra questão e é atribuição da
182 Assistência Social. A Sra. Rosita diz que ainda é a favor de colocar nos considerando,
183 pois se eu leio a Resolução dá a impressão de estar desrespeitando uma lei maior que
184 é da Assistência Social, porque se eu retiro questões da calamidade pública eu só
185 posso retirar se eu tenho uma lei maior que justifique isto com fundamentação. O
186 conselheiro Sr. Antônio sugeri que se leia a Resolução até o final e só depois façam as
187 considerações. O Sr. Antônio pediu destaque no Parágrafo Único e fala da dificuldade
188 que a pessoa possa vir a ter em alugar um imóvel sem fiador, quando a locação passa a
189 ser direta pelo beneficiário. A Sra. Flávia Sammarco diz que estamos falando de

190 benefícios eventuais, então temos que pagar para o beneficiário e não para um
191 terceiro, mesmo porque o município não pode pagar para um terceiro que não faz
192 parte, e isto já tem um aval do próprio Procurador do município. Esta renda pode ser
193 para complementar, ela pode até morar na casa de um parente. A Sra. Maria de
194 Lourdes - Presidente, diz que estamos partindo do pressuposto que todos conheçam a
195 normativa, uma vez que todos no começo deste ano receberam uma pasta com toda a
196 legislação do CMAS, a Sra. Lucilene só leu as alterações porque o restante da
197 normativa não irá mudar. O Sr. Humberto diz que foi feita uma consulta com as
198 coordenações de outros departamentos para o caso de reduzir e foi identificado que
199 não tem necessidade dos 12 meses passando então para 9 meses. A Sra. Maria de
200 Lourdes diz que dentro de um plano de acompanhamento foi levantado pelas equipes,
201 mas pode ser que tenha algum caso específico que não tenha conseguido, então como
202 será tratado o caso? A Sra. Rosita diz que isto é uma verdade, pois se recorda de uma
203 família onde a mãe era deficiente e ela tinha 6 filhos, e tínhamos que fazer uma
204 escolha, ou se bancava o aluguel e estas crianças permaneciam com a mãe, ou elas ser
205 abrigadas e estas crianças não queriam ser abrigadas. A rigidez muitas vezes invalida o
206 parecer técnico, que é entender o acompanhamento. A Sra. Maria de Lourdes -
207 Presidente questiona se o técnico dizer que não deu certo em 9 meses será possível
208 estender? A Sra. Lucilene diz que no artigo 12 ele trata disto. A Sra. Rejane diz que se
209 neste período o técnico indica por qualquer razão que ela não irá conseguir prover
210 esta situação, então temos que fazer outras articulações com as outras políticas seja
211 da Habitação ou em outra, senão deixamos de ser benefício eventual e passamos a ser
212 benefício permanente. A Sra. Lucilene lembra que na Resolução se fala em 12 meses e
213 que tem várias famílias que já passaram faz tempo dos 12 meses. A SEAS irá fazer o
214 estudo da demanda, rever o benefício que ela está recebendo e por isto eu não
215 enxergo o engessamento, pois a Política está aí para acompanhar e temos que articular
216 as outras Políticas para o atendimento integral da família. O foco desta Resolução é
217 dos pagamentos indevidos que ainda continuamos pagando. E o estudo técnico ela vai
218 confirmar ou não se aquela família está em condições de sair, pois já conseguiu sua
219 autonomia. A Sra. Rosita que a coisa mais importante da Assistência Social é a
220 articulação que ela tem para a inclusão social e que incluir as pessoas nas Políticas
221 Públicas é o grande desafio, quando se tem o movimento da COHAB você tem um link
222 – a família que esta nesta condição qual é a condição dela ter seu imóvel? Ela tem que
223 sair daquela condição para assegurar sua moradia quer seja pela sua renda, quer seja
224 pela Política de Habitação, então se eu coloco 9 meses devemos ter uma intervenção
225 que caminhe na questão da inclusão para poder garantir seu direito assegurado. A Sra.
226 Maria de Lourdes - Presidente que considerando todas as colocações, temos duas
227 situações que será colocada para votação: 1) Aprovar o texto da Resolução como está;
228 2) Aprovar o texto da Resolução colocando o Considerando a Lei da COHAB. A Sra.
229 Adriana – Secretária Executiva abre a votação: com 14 votos para a proposta de nº 2)
230 Aprovar o texto da Resolução colocando o considerando a Lei da COHAB e de 06 votos
231 para a proposta de o nº 1) Aprovar o texto da Resolução como está. APROVADA o
232 texto da Resolução colocando o Considerando a Lei da COHAB. A Sra. Maria de Lourdes
233 – Presidente, informa que pelo adiantado da hora o **Item 3 – Apresentação do Censo**
234 **SUAS 2014 – CMAS:** irá ficar para a próxima AGO. **Item 4 – Cancelamento da inscrição**
235 **de serviço da Sociedade de Melhoramentos do Morro da Nova Cintra:** A Sra. Adriana
236 – Secretária Executiva, informa que no dia 29 de setembro foi enviado um ofício para a

237 Sociedade de Melhoramentos do Morro da Nova Cintra, informando que a inscrição
238 deles no CMAS estava suspensa até que ela apresentasse o relatório do ano 2013 e foi
239 estipulado um prazo máximo de cinco dias à partir do recebimento desta, a pessoa
240 oficiada foi a própria Presidente Márcia Sofia Carvalho de Azevedo , sempre
241 mandamos as correspondências com AR, a própria Márcia recebeu no dia 15 de
242 outubro e até o presente momento não recebemos nenhuma manifestação, como ela
243 não cumpriu o prazo, não encaminhou nenhuma justificativa e não se manifestou,
244 trouxemos para a assembleia para o cancelamento automático. A Sra. Maria de
245 Lourdes – Presidente informa que até o presente momento a instituição não
246 conseguiu comprovar que está em pleno funcionamento e na realidade não está
247 funcionando. Colocado em votação: 15 votos a favor do cancelamento; 02 votos de
248 abstenção. APROVADO o CANCELAMENTO. **Item 5 – Apreciação e Deliberação da ata**
249 **da Assembleia Geral Ordinária do dia 05/08/2014 e Apreciação e Deliberação da ata**
250 **da Assembleia Geral Ordinária do dia 07/10/2014:** A Sra. Maria de Lourdes –
251 Presidente informa que a ATA nº 12/2014 já foram feitas todas as alterações e
252 correções e que todas as documentações citadas se encontram com a Sra. Adriana no
253 conselho. O Sr. Eduardo pede que corrijam o sobrenome dele é Ravasine, com a letra
254 “S”. A Sra. Luana e a Sra. Ana Lucia informam que estavam na sala na hora da votação e
255 o Sr. Antônio diz que seu nome não está constando na votação e o mesmo estava
256 presente. ATA APROVADA. Sra. Maria de Lourdes – Presidente coloca para a votação a
257 ATA nº 14/2014. A Sra. Rosita fez uma consideração que na linha 98 a UNIFESP não fez
258 o levantamento, ela cita e não é 2006 e sim 2009; e que o último Censo aponta 591.
259 ATA nº 14/2014 APROVADA. **Item 6 – Relato das Comissões Temáticas:** Comissão 1 –
260 Sra. Maria de Lourdes fez o relato da mesma sendo que a reunião ocorreu no dia
261 24/10/2014 e avisa que ficou decidido que os dados físicos estariam disponíveis na
262 mesa a disposição de quem desejasse ver para sanar qualquer dúvida, uma vez que foi
263 feita a apresentação dos dados financeiros, o mesmo se encontra na íntegra no anexo
264 desta ata. Recebemos um ofício da DRADS 229 – referente à prestação de contas do
265 primeiro trimestre de 2014 - Sistema de repasse fundo a fundo. Comissão 2 – não teve
266 reunião. Comissão 3 – a íntegra do relato desta comissão se encontra no anexo desta
267 ata –referente as respostas dos apontamento do Instituto Querô. Comissão 4 – Teve
268 como pauta a proposta da RN dos Benefícios Eventuais – que foram apresentados
269 nesta AGO. A Sra. Maria de Lourdes – Presidente relembra a todos os presentes que foi
270 pedido aos conselheiros que de alguma forma representam o CMAS em outras
271 reuniões que façam por escrito um relato e entregue ou encaminhe via e-mail para o
272 conselho antes da AGO. **Item 7 – Relato das Comissões: ODM, CMPETI, COMAD,**
273 **COMAIDS, CONDEFI, CEVISS, Comissão de Acompanhamento do Mapa Prefeito**
274 **Amigo da Criança e Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família:** ODM –
275 não houve relato a Sra. Tânia é a representante; CMPETI – A Sra. Ana Lucia fez o relato
276 e o mesmo se encontra na íntegra no anexo desta ata, pauta foi: o cancelamento do
277 convenio com a ONG Estrela do Mar, abertura de um novo edital e a ausência da
278 DRADS nas reuniões; COMAD – Sr. Ari fez o relato, o mesmo se encontra na íntegra no
279 anexo desta ata refere-se a composição da nova gestão; CONDEFI a Sra. Marilene fez o
280 relato onde a pauta foi a palestra sobre aposentadoria especial para pessoas com
281 deficiência, a íntegra deste relato se encontra no anexo desta ata. O Sr. Eduardo
282 Ravasine pede a palavra e parabeniza a Sra. Marilene pelo relato e pede cuidado
283 quando se usa o termo trabalhador normal e que se use trabalhador com deficiência e

284 trabalhador sem deficiência. A Sra. Marilene continua e diz que outro assunto
285 discutido foi referente a um projeto que o CONDEFI apresentou para o Governo
286 Federal que seria a capacitação dos conselhos de direitos no valor de R\$ 100 Mil Reais,
287 este projeto já foi aprovado e será assinado em novembro e capacitarão 120 pessoas.
288 A comissão da educação ficou de fazer uma visita no SEFIR da ZN. A assistente social
289 do NAPNE fez um relatório da visita realizada na residência inclusiva do 30 de Julho
290 como sendo favorável a metodologia. A Presidente do CONDEFI fez uma colocação
291 porquê a residência inclusiva do 30 de Julho só tinha pessoas com deficiências
292 intelectuais, existem dois casos que surgiram no CONDEFI e são do perfil para
293 residência inclusiva do 30 de Julho, são dois jovens com deficiência visual e outro com
294 deficiência física; orientamos que deviriam ser encaminhados ao CREAS para que
295 fossem avaliados, segundo a presidente do CONDEFI um dos jovens responde por
296 vários processos de abusos sexuais, apesar da complexidade do caso eles não podem
297 ficar na rua, então o quê fazer nesta situação? A Sra. Flávia Domênica pede a palavra e
298 diz que existem duas residências inclusivas em nosso município: Casa do Paraplégico e
299 30 de Julho, onde foi feita uma divisão por faixa etária e as duas casas são adaptadas
300 para receber qualquer tipo de deficiência e de ambos os sexos. A residência inclusiva
301 do 30 de Julho recebeu uma demanda reprimida e coincidentemente todos eram
302 deficientes intelectuais, mas caso surjam outro caso com outro tipo de deficiência e
303 tendo o parecer do CREAS será encaminhado para uma das residências inclusivas.
304 Quem avalia os casos para os encaminhamentos é o CREAS e o acolhimento é a última
305 medida que tomamos, o foco principal é a permanência do individuo na família de
306 origem e afetiva. O Sr. Eduardo Ravasine pede a palavra e diz que fez estas colocações
307 para a Sra. Naira e deixou bem claro que jovens que não completaram 18 anos não
308 podem ser encaminhados para residência inclusiva segundo a política da criança e do
309 adolescente. A Sra. Rejane pede a palavra e diz que em relação à CMPETI – não será a
310 POIESIS que irá apresentar o fluxo e sim a Vanessa como membro da comissão
311 CMPETI. CEVISS – A Sra. Ana Lúcia informa que a partir deste mês não irá mais
312 representar o CMAS nesta comissão como também de mais nenhum outro. A Sra.
313 Luana pede a palavra e diz que também não poderá mais representar o CMAS no
314 CMPETI. A Sra. Ana Lúcia fez o relato da CEVISS que discutiu a Lei 175/2013 –
315 Campanha Permanente de Orientação Prevenção e Combate a todos os tipos de abuso
316 sexual de crianças e adolescentes, onde pedimos que o Vereador nos informe como
317 isto estará no orçamento, se a campanha deve ser permanente onde está a verba? Foi
318 discutido o problema do Projeto Crescer Bem, o encerramento e uma nova ONG fazer
319 as ações. E foi enviado um ofício a SEAS questionando se os profissionais tem
320 acompanhamento psicológico e a resposta que a Secretária respondeu foi que sim e
321 existe um programa que é o POAIS, com 10 atendimentos onde se for preciso pode ser
322 inserido novamente no programa, ou se preferirem podem procurar tratamento
323 particular. Implementação do Plano Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual
324 onde é necessário muitas outras capacitações para os funcionários e para a rede, e é
325 necessário uma conversa com o Gestor da Política para informar o porque desta
326 capacitação. Foi discutido a ausência dos conselheiros tutelares nas reuniões.
327 Comissão de Acompanhamento do Mapa Prefeito Amigo da Criança: A Sra. Fernanda
328 informa que não foi porque no mesmo dia e horário estava na Comissão 3. A Sra. Ana
329 Lúcia informa que esta comissão elaborou uma matriz: PMIA – Plano Municipal da
330 Infância e Adolescente e no dia 18 aconteceu um seminário que foi a entrega deste

331 PMIA ao CMDCA e servirá de matriz para a elaboração do Plano Decenal. Controle
332 Social do Programa Bolsa Família: o Sr. Leandro informou que por incompatibilidade de
333 agenda foi remarcada esta reunião para o dia 12/11/2014. **Item 8 – Informes do**
334 **Gestor:** não houve. **Item 9 – Informes do CMAS:** A Sra. Maria de Lourdes – Presidente
335 informa que foram realizadas duas visitas; no 30 de Julho foram os conselheiros: Sra.
336 Silvana e Sr. Ari; a Sra. Silvana fez a leitura do relatório da visita e o mesmo se encontra
337 na íntegra no anexo desta ata. A outra visita realizada no SEACOLHE-AIF foi feita pelas
338 conselheiras: Sra. Josenice e Sra. Silvana, a Sra. Josenice fez a leitura do relatório o
339 mesmo de encontra na íntegra no anexo desta ata. O Sr. Humberto pede a palavra e
340 diz que a SEAS já assinou a dotação para a reforma deste equipamento. A Sra. Maria
341 de Lourdes – Presidente informa que fará um ofício referente a esta denúncia que já é
342 antiga; e precisamos rever o que é exigido da Sociedade Civil e dos equipamentos do
343 município, não podemos ser desigual, e se há uma violação de direito deve ser feito o
344 realinhamento e o readequamento deste serviço e não se deixe chegar ao ponto que
345 chegou. A Sra. Rosana Gomes pede a palavra e fala da reforma deste equipamento que
346 são espaços adaptados, que os relatórios ficam na RIS, que estão vendo uma nova
347 forma de adquirir o café da manhã, que este serviço é uma casa de passagem – então
348 a permanência neste serviço é de até 3 meses, lençóis descartáveis já foram adquiridos
349 e já estão sendo entregues e os kit de higiene estão em processo de licitação, onde o
350 pregão já foi lançado. A demanda que nosso município tem é bem diversificada é não
351 cabe exclusivamente apenas a Assistência Social. Aos usuários deste equipamento são
352 ofertados cursos no PRONATEC. O Sr. Décio pede a palavra e diz que é um albergado
353 do SEACOLHE-AIF, onde os funcionários são legais, as medidas sócio-educacionais não
354 existem, o que existe são duas assembleias por mês onde pouca gente participa,
355 quanto a máquina de lavar roupa é para lavar lençol apenas, as roupas pessoais
356 somem; por isto se justifica de colocaram as roupas para secarem dentro dos quartos.
357 E com relação as reformas existe um boato que só será feita a pintura. O Sr. Leandro
358 diz em relação ao ofício que a Lourdes solicitou para que a SEAS fosse oficiada e
359 respondesse, não vê a necessidade uma vez que os responsáveis da SEAS estão aqui
360 presentes e já responderam, cabe então ao CMAS apontar daqui há 3 ou 4 meses uma
361 nova visita para verificar se o que foi justificado está sendo cumprido. A Sra. Adriana –
362 Secretária Executiva diz que já havia também conversado com a Sra. Maria de Lourdes
363 – Presidente e ela irá encaminhar um ofício apenas para ciência. A Sra. Silvana pede a
364 palavra e diz que a grande questão é de que quando chegaram ao abrigo à forma
365 como foi falada é de apenas fosse uma abrigo para pernoite e quando acordar vai
366 embora, e a casos e casos de usuários com problemas. A Sra. Luci Freitas diz que
367 ajudou a formar uma biblioteca dentro do SEACOLHE-AIF e gostaria de saber onde
368 estão os livros? O SEABRIGO fez e está um espetáculo, diz a Sra. Luci Freitas. A Sra.
369 Rejane pede a palavra e solicita que quando houver estas visitas a chefia do
370 equipamento esteja presente. A Sra. Maria de Lourdes – Presidente diz que nas visitas
371 que fez a chefia sempre foi chamada e não entende o porquê de não terem chamado
372 nesta visita. A Sra. Silvana salienta que a chefia estava no equipamento porém não foi
373 ao encontro das conselheiras. A Sra. Rejane fala que o serviço é uma casa de passagem
374 e a referência para a entrada neste serviço é o Centro POP e temos tido várias
375 reuniões entre os serviços de atendimento de população em situação de rua, medido
376 o fluxo de atendimento e de fato só permanece naquele espaço as pessoas que por
377 alguma situação de convalescença e o encaminhamento é que vá para alguma

378 atividade no Centro POP. A Sra. Josenice diz que se o albergue é considerado casa de
379 passagem e não é para permanecer lá e na Normativa está escrito que pode ficar até 3
380 meses e será o usuário acompanhado pela equipe técnica. A Sra. Rejane diz que este
381 usuário vai para as atividades no Centro POP, onde acontecem as ações sócio-
382 educativas. A Sra. Josenice questiona o porquê que no Albergue onde a mesma é chefe
383 deve ocorrer ações sócio-educativas? E que desta forma irá passar a encaminhar os
384 seus acolhidos para fazer atividades do Centro POP. A Sra. Maria de Lourdes –
385 Presidente diz que algumas questões precisam ficar claras quando a SEAS faz um
386 convênio com uma instituição ela determina dentro de um planejamento o que vai ser
387 executado, então precisa ver o que está estabelecido no objeto convênio de vocês. A
388 Sra. Josenice diz que estes dois objetivos diferentes para as duas casas de passagem? A
389 Sra. Rejane fala que o acolhido será acompanhado pela equipe técnica e dentro do PIA
390 – Plano Individual de Atendimento será traçado todas as atividades, que podem ser
391 atividades dentro do equipamento ou fora. A Sra. Maria de Lourdes – Presidente diz
392 que estamos entrando em um debate que precisamos esclarecer, e se sentirmos que é
393 necessário voltar a esta discussão eu proponho que se debruce e procure trazer o que
394 é o papel de cada um, pois estamos entrando em uma discussão que não é pauta
395 desta assembleia, então por favor, só faça a explicação necessário e se marque um dia
396 específico para ser discutido este assunto. Proponho que a Sra. Josenice e a Sra.
397 Rejane sente e discutem o reordenamento do Albergue e façam o fluxo e o
398 entendimento do que é o serviço. A Sra. Rejane diz que houve algumas informações
399 dadas pelos funcionários que teve um equívoco de informações na hora desta visita. A
400 Sra. Maria de Lourdes – Presidente pede que toda a visita que for realizada em um
401 serviço público ou em uma ONG, ao se apresentarem peçam que desejam falar com o
402 responsável e que se não tiver presente que chamem o mesmo. A Sra. Rejane diz que
403 na questão da reforma já foi provisionado a compra de máquinas de lavar. O Sr.
404 Humberto pede a palavra e diz que não será uma simples pintura, e sim foi aberto um
405 processo administrativo para esta reforma. A Sra. Maria de Lourdes – Presidente diz
406 que deixará um espaço aberto na assembleia para que apresentem o que será
407 executado nesta reforma. A Sra. Rosana Gomes diz que o Albergue Noturno foi
408 conveniado para que mulheres com crianças fossem atendidas lá, em relação a esta de
409 permanência, mulheres e crianças que não podiam permanecer durante o dia no
410 Albergue é uma questão superada e que no SEACOLHE-AIF nós não atendemos a
411 mulheres com crianças. A Sra. Maria de Lourdes – Presidente pergunta qual
412 conselheiro possa representar este conselho, onde a cidade de Santos foi selecionada
413 pela Embaixada Norte Americana, para receber um amplo programa de prevenção ao
414 álcool e outras drogas, chamado Coalizões ao Combate as Drogas, onde serão seis
415 capacitações iniciais de agentes multiplicadores, quem estiver interessado em
416 participar entrar em contato com a Sra. Adriana Secretaria Executiva, o conselheiro Sr.
417 Ari deseja participar. A Sra. Maria de Lourdes – Presidente informa que a Diretoria
418 Executiva: Sra. Maria de Lourdes, Sra. Adriana, Sra. Fernanda, Sra. Flávia Valentino e Sr.
419 Leandro, estarão entre os dias 17 até o dia 19 de novembro na Reunião
420 Descentralizada e Ampliada do CNAS em Salvador/BA, a própria Diretoria Executiva
421 estará pagando as suas passagens aéreas e somente será utilizado o dinheiro do
422 conselho para hospedagem e alimentação. Ainda teremos uma capacitação na cidade
423 de Piracicaba no dia 13 de novembro, irão os conselheiros: Sr. Ari, Sra. Adriana, Sr.
424 Leandro e a Sra. Silvana, eles estão indo de carro para participar desta atividade. A Sra.

425 Adriana – Secretaria Executiva informa que acontecerá um evento em Brasília onde
426 participarão as conselheiras: Sra. Adriana e Sra. Lucilene, irá ocorrer o 2º Seminário de
427 Direito da Assistência Social, onde será tratado a consolidação do SUAS no
428 ordenamento jurídico brasileiro e que se algum conselheiro estiver interessado em
429 participar que entre em contato com o CMAS para fazer a inscrição, lembrando que o
430 IGD deste conselho está para pagamento somente: a hospedagem, a alimentação e
431 traslado ida e volta até o aeroporto; as passagens aéreas ficam por conta dos
432 conselheiros. E também teremos no dia 13 de novembro um Encontro Macro Regional
433 que vai oferecer uma capacitação para tratar da RN 14 do CNAS e sobre a Instância de
434 Controle Social do Programa Bolsa Família, os interessados entre em contado com o
435 CMAS, pois existe um endereço eletrônico para fazer a inscrição, o local será na UNIP
436 das 8:00 às 17:00; a conselheira Sra. Lucilene vai representando a sociedade civil e a
437 Sra. Rosita vai representando o poder público. **Item 10 – Assuntos Gerais:** A Sra. Luci
438 Freitas informa que no D.O. do dia 28/07/2014 na página 3.A – LDO - artigo 10 inciso
439 178 – que o orçamento destinará recursos públicos para o Plano Municipal de
440 Convivência Familiar e Comunitária deliberado pelo CMDCA e CMAS conforme
441 Resolução Conjunta publicada em 2013. Acontecerá um evento no SESC no dia 13 de
442 novembro: Escola como um lugar de defesa de direitos e exercício de cidadania, às 14
443 horas, o diálogo será com a Isadora Faber – estudante no facebook “Diário de Classe, a
444 verdade – iniciando assim uma mudança na escola básica, município Maria Tomazia
445 Coelho de Florianópolis em Santa Catarina; realização Fórum da Cidadania de Santos,
446 SESC, DRADS, OAB e a Prefeitura de Santos. Sem mais assunto a tratar, a Assembleia foi
447 encerrada pela Presidente e eu Flávia Valentino, lavrei a presente ata, a qual se
448 apresenta assinada por mim e pela Presidente, Sra. Maria de Lourdes Braz Joaquim
449 Velasques.

450

451 Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques

Flávia Valentino

452

Presidente

1ª Secretaria